



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇÁS - ESTADO DA BAHIA

EDITAL N.º 01/2026

TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - GABINETE DO PREFEITO

Duração: 4h (quatro horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com **40 (quarenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, e **prova de redação**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS			CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DE REDAÇÃO
LÍNGUA PORTUGUESA	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	RACIOCÍNIO LÓGICO- MATEMÁTICO		
1 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 40	

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da **prova de redação** no verso.

- 02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:



- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras "A", "B", "C" e "D", mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.
- 07 Só será permitido ao candidato levar o caderno de questões, a partir de **1 (uma) hora** para o horário de término da prova.
- 08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**
- 09 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas e transcrever sua redação. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração para correção.
- 10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos conclua a prova ou que termine o tempo de duração da prova, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir.

Brasileiros sacaram em abril R\$ 482,8 milhões esquecidos em bancos

Os brasileiros sacaram, em abril deste ano, R\$ 482,8 milhões em valores esquecidos no sistema financeiro, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira (9) pelo Banco Central (BC). No total, o Sistema de Valores a Receber (SVR) já devolveu R\$ 15 bilhões a clientes bancários.

Até abril, ainda havia R\$ 10,3 bilhões disponíveis para saque, mas, no mês passado, o governo federal transferiu parte dos recursos do SVR para o programa Desenrola Brasil 2.0. Segundo o Ministério da Fazenda, R\$ 5,7 bilhões já foram destinados ao Fundo de Garantia de Operações (FGO), fundo público que servirá como garantia para renegociação de dívidas no programa de combate à inadimplência.

Os valores transferidos ao FGO ainda podem ser reivindicados pelos titulares. Um edital de chamamento público deverá ser publicado para regulamentar o procedimento de contestação e devolução dos recursos.

Após a publicação, os cidadãos terão prazo de 30 dias para pedir os valores transferidos ao fundo público. Caso não haja contestação, o dinheiro será incorporado definitivamente ao FGO.

O SRV é um serviço do BC por meio do qual o cidadão pode consultar se ele próprio, sua empresa ou pessoa falecida tem dinheiro esquecido em algum banco, consórcio ou outra instituição, como financeiras e corretoras.

Para a consulta, não é preciso fazer login, basta informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e data de nascimento ou o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a data de abertura da empresa, inclusive para empresas já fechadas.

Caso haja algum valor, é preciso acessar o sistema e verificar quanto há para receber, a origem desse valor, a instituição que deve fazer a devolução; além de informações de contato e outras adicionais. Para isso, é necessário fazer login com a conta Gov.br, nos níveis prata ou ouro e verificação em duas etapas.

Fonte: <https://www.jb.com.br/economia/2026/06/1059916-brasileiros-sacaram-em-abril-rs-4828-milhoes-esquecidos-em-bancos.html>. Excerto adaptado. Acesso em 11/06/2026

1. O objetivo principal do texto é:

- A) criticar a política de renegociação de dívidas
- B) demonstrar a insuficiência dos mecanismos de controle financeiro
- C) relatar dados recentes sobre valores esquecidos e orientar os procedimentos de consulta e recuperação desses recursos
- D) defender a transferência integral dos recursos do sistema financeiro para fundos públicos voltados ao combate da inadimplência

2. A partir das informações do texto, conclui-se que a transferência de parte dos recursos do SVR para o FGO:

- A) impediu o resgate dos valores pelos titulares
- B) extinguiu o direito de reivindicação dos recursos
- C) alterou o destino dos recursos, mas preservou a possibilidade de contestação
- D) tornou definitiva a incorporação dos recursos ao fundo público independentemente da manifestação dos titulares

3. No texto, a enumeração de bancos, consórcios, financeiras e corretoras contribui para:

- A) restringir o alcance do serviço
- B) detalhar possíveis origens dos valores esquecidos
- C) indicar as instituições autorizadas a administrar o FGO
- D) apresentar a lista completa das entidades supervisionadas pelo Banco Central

4. Considerando as características globais do texto, predomina o modo de organização:

- A) expositivo
- B) descritivo
- C) narrativo
- D) injuntivo

5. “**Caso** haja algum valor, é preciso acessar o sistema e verificar quanto há para receber” (7º parágrafo). Nesse trecho, o conectivo em destaque estabelece sentido de:

- A) adição
- B) condição
- C) comparação
- D) exemplificação

6. No trecho “os cidadãos **terão** prazo de 30 dias para pedir os valores” (4º parágrafo), a forma verbal destacada encontra-se no:

- A) futuro do subjuntivo
- B) presente do indicativo
- C) futuro do pretérito do indicativo
- D) futuro do presente do indicativo

7. “Caso não haja **contestação**, o dinheiro será incorporado **definitivamente** ao FGO” (4º parágrafo). Nesse trecho, os dois termos em destaque são classificados, respectivamente, como:

- A) verbo e advérbio
- B) verbo e substantivo
- C) substantivo e advérbio
- D) substantivo e substantivo

8. Em razão de seu objetivo comunicativo, o texto privilegia a função:

- A) fática
- B) poética
- C) emotiva
- D) referencial

9. “Para a consulta, não é preciso fazer login, basta informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e data de nascimento ou o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a data de abertura da empresa, inclusive para empresas já fechadas” (6º parágrafo). Nesse trecho, a vírgula após “consulta” foi empregada para:

- A) separar vocativo
- B) marcar elipse verbal
- C) indicar intercalação explicativa
- D) isolar adjunto adverbial deslocado

10. “Para isso, **é necessário** fazer login com a conta Gov.br, nos níveis prata ou ouro e verificação em duas etapas” (7º parágrafo). A oração em destaque classifica-se como:

- A) principal
- B) coordenada sindética
- C) substantiva subjetiva
- D) substantiva objetiva direta

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Um usuário do *MS PowerPoint 2013*, em português, deseja formatar diretamente o plano de fundo de sua apresentação. Para isso, ele deve acessar essa funcionalidade na guia:

- A) DESIGN
- B) INSERIR
- C) EXIBIÇÃO
- D) ANIMAÇÕES

12. Um usuário do *Google Meet* em um computador com *Windows 10* em português iniciou uma reunião e clicou no ícone

de mais opções () , desejando apresentar uma versão pequena e móvel da interface do *Google Meet* sobreposta a qualquer conteúdo acessado. Nesse caso, ele precisa clicar no ícone:

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 

13. Um usuário do *MS Word 2013* em português precisa selecionar todo o texto de um documento usando teclas de atalho. As teclas de atalho para essa situação são:

- A) CTRL + I
- B) CTRL + N
- C) CTRL + S
- D) CTRL + T

14. Um administrador de uma rede de computadores precisa lidar com uma situação de invasão em que um hacker entrou na rede, sequestrou os dados do servidor principal e agora exige um resgate financeiro para restaurar o acesso ao mesmo. Esse tipo de vírus é o:

- A) GPU
- B) SSD
- C) modem
- D) ransomware

15. Um administrador de uma rede de computadores precisa obter um equipamento que permita estabelecer caminhos diferentes e também gerenciar o tráfego entre os computadores da rede. Esse equipamento é o:

- A) hub
- B) switch
- C) roteador
- D) nobreaks

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

16. Um consumidor foi ao supermercado e comprou um pacote de arroz de cinco quilos por R\$ 25,00. Na semana seguinte, ao retornar ao mesmo estabelecimento, percebeu que o produto havia sofrido um aumento de 12%. O valor absoluto do aumento que incidiu sobre o preço do pacote de arroz foi de:

- A) R\$ 2,50
- B) R\$ 3,00
- C) R\$ 3,50
- D) R\$ 4,00

17. Uma pequena confecção de roupas produz lotes de camisetas que são embalados em pacotes contendo exatamente 12 unidades cada. Ao final de uma semana de trabalho, o supervisor de estoque notou que o número total de camisetas produzidas era um múltiplo de 12, sendo esse valor maior que 150 e menor que 160. A quantidade exata de camisetas guardadas no estoque nessa semana foi:

- A) 152
- B) 154
- C) 156
- D) 158

18. Para pintar a fachada de um prédio público, uma equipe de 6 pintores, trabalhando com a mesma eficiência, levou exatamente 10 dias. A administração do órgão precisa realizar o mesmo serviço em um prédio idêntico, mas dispõe de apenas 4 dias para a conclusão da pintura, devido a um evento oficial. Considerando que todos os pintores mantêm o mesmo ritmo de trabalho, o número total de pintores que deverá compor essa equipe para cumprir esse novo prazo é de:

- A) 8
- B) 9
- C) 12
- D) 15

19. Em um torneio de xadrez corporativo, os quatro executivos finalistas Arthur, Bernardo, Caio e Douglas devem se posicionar lado a lado para a fotografia do pódio de premiação. Sabendo que Arthur e Bernardo tiveram uma rivalidade intensa e exigiram não ficar em posições consecutivas (lado a lado) na foto, o número de maneiras distintas que os quatro podem se organizar é:

- A) 12
- B) 16
- C) 18
- D) 24

20. Para realizar um pagamento digital, o sistema de um banco envia dois códigos de verificação independentes: um via mensagem SMS, e outro via aplicativo. Sabendo que a probabilidade de o SMS chegar dentro do prazo regulamentar é de 90%, e a probabilidade de o aplicativo receber a notificação no tempo correto é de 95%, a probabilidade de o cliente receber apenas o código por SMS no prazo é de:

- A) 4,5%
- B) 5,0%
- C) 9,5%
- D) 85,5%

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Com relação ao federalismo brasileiro, pode-se afirmar que:

- A) é totalmente assimétrico, uma vez que os entes possuem capacidades econômicas díspares
- B) comporta União, Distrito Federal e Estados, com os Municípios vinculados aos Estados
- C) o Distrito Federal é um ente isolado e não compõe a federação, diferente dos Estados, Municípios e União
- D) é considerado simétrico, considerando a autonomia legislativa e divisão de competência, mas possui assimetria no poder econômico

22. No que diz respeito às funções atípicas de um poder, tem-se como exemplo o(a):

- A) veto presidencial
- B) decisão monocrática de um Ministro do STF em uma ADI
- C) aprovação, pelo legislativo, de relatório do Tribunal de Contas da União
- D) decreto legislativo com o objetivo de anular decretos presidenciais ou resoluções de órgãos do governo que extrapolem o poder regulamentar

23. Com relação à atribuição do Congresso Nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil diz ser de competência exclusiva:

- A) escolher dois terços dos membros do Tribunal Superior Eleitoral
- B) decretar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas
- C) expedir decreto legislativo para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional
- D) declarar guerra, celebrar a paz, permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar

24. No que se refere ao controle na Administração Pública, é possível afirmar que o controle:

- A) externo é exercido exclusivamente pelos cidadãos, por meio de denúncias e representações
- B) administrativo somente pode ser exercido pelo Poder Judiciário, mediante provocação do interessado
- C) da Administração Pública limita-se à verificação da legalidade dos atos administrativos, não alcançando aspectos de eficiência e resultados
- D) interno é realizado por órgãos e entidades da própria Administração Pública, com a finalidade de fiscalizar e aperfeiçoar sua atuação

25. No âmbito da Administração Pública, o controle parlamentar é exercido pelo Poder Legislativo com o objetivo de fiscalizar a atuação da Administração e assegurar a observância dos princípios constitucionais. Constitui exemplo de controle parlamentar o(a):

- A) veto
- B) sustação de atos
- C) julgamento administrativo
- D) fiscalização jurisdicional dos contratos

26. No que concerne ao controle judicial da Administração Pública, o Poder Judiciário pode intervir adequadamente no ato administrativo na hipótese de:

- A) opção de obra
- B) discricionariedade
- C) desvio de finalidade administrativa
- D) conveniência política do administrador público

27. No âmbito do controle administrativo, a Administração Pública exerce a autotutela sobre seus próprios atos. Sobre esse tema, pode-se afirmar que o objetivo é de:

- A) reexame
- B) controle judicial
- C) anulação por ilegalidade
- D) sustação parlamentar de ato normativo

28. No sistema constitucional brasileiro de controle da atividade financeira do Estado, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública é exercida mediante diferentes espécies de controle. Uma das características do sistema de controle adotado pela Constituição da República Federal de 1988 é:

- A) exclusivamente prévio
- B) controle hierárquico interno
- C) interno, exercido por cada poder
- D) fiscalização externa com auxílio do Tribunal de Contas

29. O Sistema de Controle Interno Municipal possui competências e responsabilidades definidas pela Constituição Federal e por normas de administração financeira e controle. Com relação a esse tema, pode-se afirmar que esse Sistema:

- A) exerce auditorias
- B) julga contas anuais do prefeito
- C) substitui integralmente o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas
- D) avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do município

30. Durante auditoria realizada em um órgão público municipal, a equipe de auditoria identificou indícios de irregularidades praticadas por gestores que mantinham vínculo funcional com alguns dos auditores responsáveis pelo trabalho. Mesmo diante dessa circunstância, os auditores defenderam a continuidade de sua atuação, sob o argumento de que possuíam amplo conhecimento técnico sobre a matéria auditada. À luz dos princípios da auditoria governamental, pode-se afirmar que, nessa situação, ficam diretamente comprometidos os princípios de:

- A) materialidade e de impessoalidade
- B) independência organizacional e de imparcialidade dos auditores
- C) objetividade profissional e de influência político-administrativa indevida
- D) eficiência e de publicidade dos atos praticados pelos auditores fiscais no caso

31. No exercício de suas competências, determinado órgão da Administração Pública direta instituiu procedimento interno pelo qual os servidores responsáveis pela análise de requerimentos administrativos passaram a utilizar um sistema de inteligência artificial para a elaboração de minutas decisórias. O sistema foi treinado com base em decisões anteriores do próprio órgão e operava sem divulgação dos critérios utilizados para a formação das conclusões. Após auditoria, constatou-se que determinados grupos de administrados recebiam, estatisticamente, tratamento menos favorável, sem justificativa jurídica plausível. A Administração alegou que o método aumentou significativamente a produtividade e reduziu custos operacionais. À luz dos princípios constitucionais expressamente previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, pode-se afirmar que o(a):

- A) princípio da moralidade administrativa restringe-se à observância da ética subjetiva dos agentes públicos, não alcançando a legitimidade dos resultados produzidos por sistemas automatizados
- B) elevação da produtividade administrativa é suficiente para legitimar o procedimento, pois o princípio da eficiência possui prevalência abstrata sobre os demais princípios administrativos
- C) utilização de inteligência artificial pela Administração é incompatível com o princípio da legalidade, independentemente de previsão normativa específica ou de mecanismos de controle administrativo
- D) ausência de divulgação dos critérios utilizados pelo sistema caracteriza ofensa ao princípio da publicidade, e o tratamento diferenciado sem fundamento jurídico idôneo pode configurar violação ao princípio da impessoalidade, ainda que tenha havido ganho de eficiência

32. Sobre a estrutura da Administração Pública direta e indireta, pode-se afirmar que:

- A) os Ministérios são entidades da Administração Pública indireta, pois executam atividades típicas e de estrutura de Estado
- B) as Autarquias e fundações públicas integram a Administração direta, pois executam atividades típicas do Estado sob supervisão ministerial
- C) a Administração direta compreende exclusivamente os órgãos dotados de personalidade jurídica própria integrantes dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- D) a Administração indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas por lei para desempenhar atividades administrativas de forma descentralizada

33. Com relação à função administrativa, o agente público deve observar os poderes e deveres que lhe são atribuídos pelo ordenamento jurídico. Sobre o tema, pode-se concluir que o:

- A) poder discricionário permite ao administrador escolher, dentro dos limites legais, a solução mais conveniente e oportuna para o interesse público
- B) dever de probidade administrativa restringe-se à vedação de enriquecimento ilícito, não alcançando condutas que atentem contra os princípios da Administração Pública
- C) dever de eficiência autoriza, em todo caso, ao administrador, afastar a aplicação da lei quando considerar que outra medida produzirá resultados mais vantajosos para a coletividade
- D) poder hierárquico impede a delegação de atribuições entre órgãos e agentes da mesma estrutura administrativa, em razão da necessidade de observância da competência originária

34. Durante uma capacitação sobre ética no serviço público, servidores públicos discutiram situações envolvendo o relacionamento com os cidadãos, a observância do interesse público e os deveres éticos. Com base nessas disposições, pode-se afirmar que o(a):

- A) servidor deve atuar com honestidade, lealdade às instituições e respeito ao interesse público
- B) servidor pode afastar padrões éticos de conduta quando houver determinação verbal de superior hierárquico
- C) atendimento ao cidadão deve observar a urbanidade e o respeito, mas tais deveres podem ser relativizados em situações de excesso de demanda
- D) observância dos princípios éticos constitui mera recomendação administrativa, podendo ser flexibilizada por razões de conveniência e oportunidade da Administração

35. Durante o planejamento de uma contratação pública, determinado órgão da Administração pública de Aracás identificou a necessidade de aquisição de equipamentos de informática. Antes da publicação do edital, a equipe responsável elaborou estudos técnicos preliminares e definiu os requisitos da contratação, observando as disposições da Lei n.º 14.133/2021. Com base no contexto apresentado, pode-se afirmar que o(a):

- A) fiscalização contratual é atividade facultativa, podendo ser dispensada quando o contrato envolver objeto de baixa complexidade técnica
- B) planejamento para a contratação pública constitui etapa preparatória destinada a identificar a necessidade administrativa e subsidiar a futura licitação
- C) fase de planejamento limita-se à estimativa de preços, sendo vedada a realização de estudos técnicos preliminares ou a análise prévia dos riscos relacionados à futura contratação
- D) princípio da competitividade autoriza a Administração a estabelecer exigências restritivas sem justificativa técnica, desde que voltadas à obtenção da proposta mais vantajosa

36. O processo licitatório, no âmbito da Administração Pública, é estruturado em fases sequenciais que visam a garantir a seleção da proposta mais vantajosa e a justa competição. Além disso, todo o procedimento deve ser norteado por princípios fundamentais expressos na legislação. A fase da licitação em que ocorre a verificação dos documentos de habilitação dos licitantes e o princípio que impede a imposição de condições que restrinjam o caráter competitivo do certame são denominados:

- A) Julgamento e Isenção
- B) Habilitação e Legalidade
- C) Habilitação e Competitividade
- D) Habilitação e Igualdade de condições

37. No contexto do planejamento da contratação Pública, de acordo com as normas gerais de licitações e contratos administrativos, o documento que materializa a primeira etapa do planejamento, caracterizando o interesse público envolvido e a melhor solução para o problema a ser resolvido, serve de base para os demais atos administrativos do certame. Esse documento fundamental recebe o nome de:

- A) Ata de Licitação
- B) Termo de Referência
- C) Estudo Técnico Preliminar
- D) Projeto Básico da Contratação

38. No âmbito do orçamento público brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece um sistema integrado de planejamento. Entre as leis orçamentárias, existe uma que possui vigência de quatro anos, iniciando-se no segundo ano do mandato do chefe do Poder Executivo e encerrando-se no primeiro ano do mandato subsequente, cuja função principal é estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes. O instrumento de planejamento de médio prazo descrito é o:

- A) Plano Plurianual (PPA)
- B) Lei Orçamentária Anual (LOA)
- C) Orçamento Público Quadrienal (OPQ)
- D) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

39. Considere que, ao final de um determinado quadrimestre do exercício financeiro, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo de um Estado da Federação indicou que a Despesa Total com Pessoal (DTP) atingiu 96% do limite máximo legal permitido para esse Poder. De acordo com as restrições e sanções imediatas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000), a ultrapassagem desse percentual específico — conhecido como Limite Prudencial — veda imediatamente ao Poder Executivo a conduta de:

- A) concessão de vantagem, ainda que prevista em determinação contratual
- B) alteração de estrutura de carreira, mesmo que não implique aumento de despesa
- C) contratação de hora extra, ainda que prevista na lei de diretrizes orçamentárias
- D) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança

40. Com relação aos instrumentos de fiscalização e transparência instituídos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é uma peça fundamental de controle social. Embora a sua publicação geral ocorra periodicamente ao longo do exercício financeiro, existem demonstrativos específicos que, por mandamento legal expressivo do artigo 53 da LRF, devem acompanhar o RREO apenas no último bimestre do ano. Um demonstrativo que, por regra, possui essa periodicidade restrita ao encerramento do exercício é a:

- A) evolução do patrimônio líquido
- B) projeção atuarial do regime de previdência
- C) apuração da receita corrente líquida e sua evolução
- D) execução das receitas e despesas por função e subfunção

PROVA DE REDAÇÃO

Leia o texto a seguir:

A importância da leitura na formação de crianças e adolescentes

A leitura é uma ferramenta poderosa e essencial para o desenvolvimento intelectual e emocional de crianças e adolescentes. Desde os primeiros anos de vida, o contato com os livros pode proporcionar inúmeros benefícios que se estendem por toda a vida. Ao estimular a imaginação, promover o conhecimento e desenvolver habilidades cognitivas, a leitura desempenha um papel crucial na formação de indivíduos críticos e informados.

A leitura é fundamental para o desenvolvimento cognitivo. Quando crianças e adolescentes leem, eles exercitam o cérebro, aprimorando suas capacidades de concentração, memória e raciocínio lógico. Além disso, a exposição a diferentes vocabulários e estruturas gramaticais amplia suas habilidades linguísticas, tornando-os mais articulados e proficientes na comunicação verbal e escrita.

Os livros têm o poder de transportar os leitores para mundos imaginários, estimulando a criatividade e a capacidade de pensar de forma inovadora. Histórias fantásticas, personagens complexos e cenários detalhados incentivam crianças e adolescentes a explorarem novas ideias e a desenvolverem a empatia, ao se colocarem no lugar dos personagens e vivenciarem suas emoções e desafios.

A leitura pode ser uma atividade compartilhada entre pais e filhos, fortalecendo os laços familiares. Momentos de leitura em conjunto, como a hora da história antes de dormir, criam memórias afetivas e estabelecem um vínculo emocional sólido. Além disso, pais que leem para seus filhos desde cedo servem como modelos, incentivando o hábito da leitura e demonstrando seu valor e importância.

Fonte: <https://sescms.com.br/artigo/import%C3%A2ncia-da-leitura-na-forma%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes>. Acesso em 03/06/2026

O texto motivador apresenta diversos benefícios da leitura para crianças e jovens. No entanto, tais benefícios são discutidos de forma geral, sem aprofundar os desafios que dificultam a formação de leitores na sociedade atual. Com base no texto motivador e em seu repertório sociocultural, produza um texto dissertativo-argumentativo, no qual você responda à seguinte questão:

Como incentivar a formação de leitores (crianças, jovens e adultos) hoje em dia?

Orientações:

1. A redação deverá ter, no mínimo, **20 (vinte)** linhas e, no máximo, **30 (trinta)** linhas.
2. A redação não poderá conter cópia dos textos motivadores.
3. Redija o texto com caneta esferográfica azul ou preta.
4. Utilize a norma-padrão da língua portuguesa.
5. A escrita deve ser legível. A redação ilegível receberá nota ZERO.
6. NÃO pule linhas e não dê espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos.
7. Transcreva o seu texto, à caneta, para a FOLHA DE REDAÇÃO, pois o rascunho NÃO será considerado para a correção.
8. Qualquer fragmento de texto fora do local indicado para a folha de redação será desconsiderado.
9. NÃO assine nem rubrique a FOLHA DE REDAÇÃO.

Qualquer escrita, sinal, desenho, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato é passível de nota ZERO.

Pontuação máxima: **35 pontos**.

RASCUNHO DA PROVA DE REDAÇÃO
MÍNIMO DE 20 E MÁXIMO DE 30 LINHAS

[illegible]